

das conclusões gerais, procura somente lembrar esse marco sintomático de uma época e do sector secundário português do final de oitocentos (1).

A instabilidade do liberalismo nascente, aos utopismos revolucionários dos conferentes do Casino, ao entusiasmo regenerador, sucede-se o rotineiro rotativismo que, pretendendo instituir bases económicas sólidas para o país, contribuirá com o desgaste do sistema e a agudização dos problemas sociais para o seu próprio fim.

A intensificação do processo industrial, a especialização com divisão de trabalho só pelo fim do século se alcançam, e a prova é a realização do Inquérito, a dizer dos novos problemas levantados e soluções a engendrar.

O caso português é complexo pelas condicionantes atrofiadoras. O investimento burguês debate-se contra a herança do antigo regime e a solução de compromisso a que se chega em nada favorece o desenvolvimento e mudança das estruturas arcaicas.

A economia portuguesa semicolonial, baseada de longa data no capital comercial, não consegue, mercê da dependência em relação ao exterior, atingir um estágio de dominação de capital ligado ao sector secundário. Alargam-se os mercados, produz-se mais, mas se o poder de compra desce entre os potenciais consumidores (entre 1860 e 1900 os géneros de consumo sobem 54,4 %) a débil indústria produzirá somente o indispensável.

O *Inquérito Industrial de 1881* é um luxo do ministério de Hintze Ribeiro. O «nobre ministro» e «as ilustradas comissões» estão cientes do seu papel vanguardista, do que representa o empreendimento para a nação (e da prova irrefutável de tal na estreita ligação de métodos com os modelos franceses), da sua necessidade para um fim preciso e próximo, mas essas certezas descobrem-se com pés de barro quando a oposição as critica e os próprios autores se vêem obrigados a reconhecer os erros cometidos. O inquérito era então para ser símbolo do «próspero» liberalismo constitucional e ficou-nos para provar uma decadência face aos problemas económicos e sociais que ameaçavam a cínica boa vontade dos burgueses de 1880.

O INQUÉRITO INDUSTRIAL DE 1881

NOTA SOBRE UM CENTENÁRIO

«Quetelet, o fundador da estatística do nosso tempo, chamou ao seu tratado *Física Social*, com toda a razão. Nas nossas sociedades contemporâneas, os homens são átomos.»

OLIVEIRA MARTINS

Comemora-se, no ano que passa, o centenário do primeiro trabalho de envergadura da estatística industrial portuguesa — o *Inquérito Industrial de 1881*. A nota histórica, a que se acrescenta uma breve análise

ANTECEDENTES OITOCENTISTAS

A história dos inquéritos industriais de oitocentos compreende quatro tentativas para contabilização e análise da situação das fábricas do país, antecedendo a mais complexa e completa — a de 1881.

Em 1814 a Real Junta do Comércio é encarregada de um inquérito para «conhecer o estado em que as invasões francesas haviam deixado as indústrias nacionais». Do cômputo feito nas 34 comarcas do reino, verificou-se a existência de 511 fábricas, a maioria das quais em estado

(1) A presente nota é extraída dum trabalho apresentado no seminário de Geografia Industrial, que foi orientado, no ano lectivo de 1980/81, pelo Prof. CARLOS ALBERTO MEDEIROS.

estacionário ou decadente. Embora o inventário não distinga entre fábricas e oficinas, 224 estabelecimentos são de curtumes, 35 de chapéus e 31 de lanifícios, seguindo-se-lhes outros ramos menos importantes. Da repartição pelas comarcas, há que referir o número de estabelecimentos de Guimarães — 91 (86 dos quais, de curtumes). Lisboa, com 120, é a cidade que apresenta maior diversidade de ramos, enquanto o Porto divide os seus 45 por tecidos de algodão e curtumes.

«Em 1839, sendo ministro do reino Júlio Gomes da Silva Sanches, foi ordenado por decreto de 19 de Abril do mesmo anno aos administradores geraes dos distritos, que procedessem imediatamente e com efficacia a um inquérito industrial no districto a seu cargo, abrangendo a industria agricola, fabril e commercial, por meio de inquérito directo» (Inq. Ind., v, p. XVI). Os trabalhos arrastaram-se indefinidamente, pela falta de pessoas «conspicuas e notáveis por sua intelligência e pericia da classe dos proprietários lavradores, igual número de negociantes, e outros tantos artistas fabricantes», como pedia o inquérito e o faz notar João Tereno no relatório final do inquérito de 1881, no qual nos baseámos para a presente resenha. Não são mesmo publicados resultados e todo o trabalho se perde mercê da má preparação da iniciativa.

Em 1852 são recenseadas as fábricas com mais de 10 operários, o que limita em muito a análise da indústria nacional, pelo carácter artesanal da maioria das unidades que assim são excluídas. A tentativa falha pelo método indirecto de que se faz uso e a que se reage com indiferença. Apontam-se ainda deficiências no questionário e imputa-se o sistema de investigação de «vicioso e improdutivo». Ficam só os números globais: 362 fábricas, 70 máquinas a vapor e 15 897 operários.

Em 1860, Fradesso da Silveira, então inspector-geral da recém criada Repartição de Pesos e Medidas, é encarregado pelo ministro Casal Ribeiro de um inquérito a alguns estabelecimentos fabris do reino. Assim, as fábricas de lanifícios da Covilhã são pormenorizadamente estudadas. O trabalho a cargo da mesma repartição prolonga-se até 1867, publicado sem unidade de temas, critérios de tratamento e áreas abrangidas, perdendo as vantagens de uma análise generalizada e sincrónica.

OS OBJECTIVOS DO INQUÉRITO

«Approximando-se o termo da última prorrogação do tratado de commercio feito com a França em 1866, e sendo necessário modificar por outro tratado algumas das suas estipulações, e estabelecer outras novas em harmonia com as necessidades e estado actual das indústrias do paiz, decretou o governo em 7 de Julho de 1881 um inquérito geral a todas ellas depois de ouvir o parecer favorável do conselho geral das alfandegas e o conselho geral do commercio, industria e agricultura» (Inq. Ind., v, p. XXVII) — esta a razão do *Inquérito Industrial de 1881*. O ministério de Hintze Ribeiro dá três meses às comissões para o realizarem. O tempo urge mas há que tentar evitar os erros cometidos anteriormente.

Um tempo e um objectivo precisos orientam os trabalhos: a amostragem efectuada não é ao acaso, as inquirições procurarão saber sobretudo das sugestões dos industriais quanto ao tratado. «Lembrou o nobre ministro a vantagem de se proceder de preferênciã ao inquérito sobre as industrias a que se refere a tabela anexa ao tratado de 1866. Sobre essas em primeiro deve a comissão realizar os seus estudos, de forma que o governo e o ilustre negociador do tratado possam tomar as resoluções devidas, em harmonia com os grandes interesses públicos que é necessário defender e acautelar» (*Jornal do Comércio*, 13 de Julho de 1881).

Mas seriam na realidade importantes as conclusões do inquérito para as negociações, como afirma o ministro? A situação económica do país não era brilhante, a situação política e social interna não era simples. O país não se encontrava em posição de impor condições ao negociador francês. *A Voz do Operário* (30 de Outubro de 1881) dizia mesmo do empreendimento: «para nós não passará de uma pipineira como muitas que tem havido (...) e de mais quando para aí se diz que os preliminares do tratado já estão assinados, se não está o tratado todo». O inquérito industrial é também um «monumento governamental» para impressionar, mas que não cala as más línguas.

A polémica política em volta do inquérito estala logo que as comissões entram em funções. A opposição juntam-se as vozes dos representantes dos trabalhadores (*A Voz do Operário* — órgão dos Manipuladores de Tabaco, *Protesto* — órgão do Partido Operário Socialista), enquanto os mais conservadores como *A Nação*, se limitam a notícias lacónicas e os affectos ao governo transcrevem diariamente os resultados de cada inquérito. *A Voz do Operário* diz a 30 de Outubro: «não sabemos qual é a missão especial dessa comissão porque não temos visto mais do que fazer largos relatórios (...) Vimos que a comissão visitou as fábricas, apenas como visita, não nos consta que ela tivesse conferenciado com alguns operários pedindo-lhes qualquer explicação (...) nem nos consta que dos membros da comissão faça parte algum médico para conhecer se as oficinas têm todas as comodidades higiénicas», e ainda, a 6 de Novembro: «se a comissão quisesse ouvir a associação aí lhe seriam relatadas coisas que a haviam de surpreender e horrorizar, porque as grandes infâmias que se praticam nas fábricas de tabacos certamente lhe não foram reveladas pelos «atenciosos» e «delicados» que a receberam». *O Jornal do Comércio*, logo a 13 de Julho, desculpava as primeiras dúvidas: «Reparo causou a alguns que na comissão não tivessem entrado industriais que muito distintos e dignos, os temos entre nós. Mas se os industriais vão ser os inquiridos como podiam eles ser também os inquiridores?»

OLIVEIRA MARTINS, que no Porto participara nos trabalhos, desenvolvendo e alargando o âmbito do inicialmente pretendido, sofre as críticas dos homens da capital que desejam «depressa e quanto baste», e a calúnia baixa dos pasquins. Responde, já em 1882, em carta ao *Jornal do Comércio* e transcrita em *A Voz do Operário* (26 de Fevereiro de 1882): «os professores doutorados resolveram do alto das suas cadeiras que indústria são grandes fábricas que as pequenas indústrias estão condenadas sem se lembrarem que as grandes fábricas nascem das pequenas oficinas.

(...) Ah infeliz sorte de um paiz, levado pelas cabeças empertigadas dos herdeiros dos desembargadores. (...) Nada pretendia porque nem me ocupo de política, nem sou fabricante: nada queria para mim, desejava apenas ser de algum modo útil à minha infeliz terra (...) Doeu-me pois e nem a mim só quando se disse terem-nos pago não sei quantas libras ao dia — a nós que não recebemos um ceitil».

PREPARAÇÃO E FASES DE PROCESSAMENTO

É elaborado pela Repartição de Comércio e Indústria um relatório acerca das bases do plano do inquérito, que está pronto a 5 de Junho. A frente da comissão de 5 membros, encarregada dos trabalhos, encontra-se Mouta e Vasconcellos que defenderá o projecto. O decreto regulador é promulgado em 7 de Julho.

São nomeadas a Comissão Geral Directora (em Lisboa) e as diversas comissões distritais que organizam os trabalhos em cada circunscrição administrativa: distribuindo e recolhendo boletins, visitando os estabelecimentos, colectando dados, esclarecendo os inquiridos. Delas fazem parte pares do reino, deputados, ministros de estado honorários, professores, funcionários qualificados.

O questionário-base do inquérito indirecto comporta 17 perguntas que abarcam sucinta e claramente os temas de que se procura informação. 105 000 exemplares são enviados para todo o país, tendo a distribuição, por base, a matriz industrial.

«Os trabalhos correram evidentemente com alguma precipitação» (Inq. Ind., v, p. XXIX) mas para o prazo dado pelo governo, arrastam-se indesejavelmente. Só a 6 de Setembro começam as visitas às fábricas em Lisboa, incidindo somente sobre aquelas que a comissão central achou mais representativas e mais competentes para fornecerem os dados requeridos pelo objectivo específico. Na provincia, os inquéritos directos revestem-se de todo um cerimonial quase festivo mas burocraticamente complexo, que demora.

O inquérito indirecto salda-se num falhanço: receberam-se 600 questionários possíveis de tratamento (10 % dos enviados); há uma desigualdade de respostas nos diversos distritos (2 deles não enviaram mesmo qualquer informação), o próprio aproveitamento do recebido é difícil. Os «homens ilustrados» alternaram com os «industriais desconfiados ou ignorantes» (fig. 1).

O relatório final do Inquérito Indirecto assinado por L. A. Palmeirim está pronto em 20 de Dezembro de 1881, mas nem mesmo as suas conclusões terão servido ao inicialmente pedido: «...não havendo tempo para este meu trabalho chegar ao conhecimento do negociador do tratado de commercio (...) em caso algum pôde influir para esclarecer, ou modificar, as opiniões do representante do governo portuguez» (Inq. Ind., v, p.14).

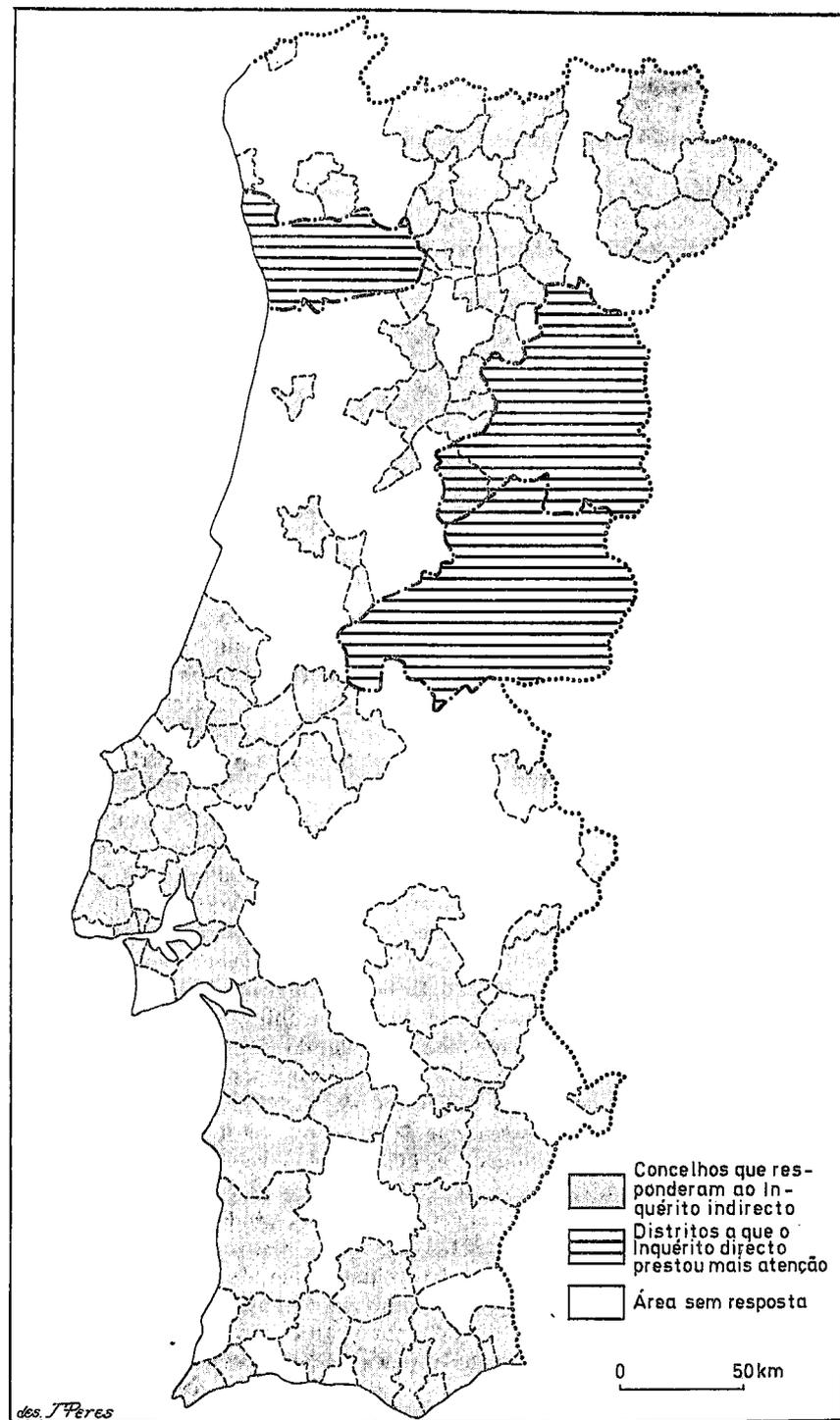


Fig. 1 — Receptividade ao Inquérito Industrial de 1881.

O de João da Costa Tereno, que abrange todo o trabalho (compilação dos dois inquéritos, mapas finais, reflexões e bosquejo histórico sobre os anteriores inquéritos), só estará terminado dois anos depois, a 1 de Outubro de 1883.

Recolhida toda a informação e concentrada junto da Comissão Geral Directora, pôs-se aos responsáveis a parte mais difícil de todo o trabalho: o tratamento dos dados.

Já que algumas das estatísticas portuguesas haviam falhado neste passo, procurou-se modelo no inquérito industrial francês de 1847, que juntamente com os trabalhos de gabinete levava três anos a realizar e que agora se tenta adaptar ao nosso com o prazo máximo de três meses.

Da amálgama de respostas, por vezes de impossível crédito, nebulosas, mesmo díspares e em nada relacionadas com o perguntado, há que extrair números para construir mapas, quadros e tabelas.

Os números foram divididos em duas grandes rubricas: regime económico (os que dizem respeito ao capital) e regime de trabalho (pessoal e instrumentos de trabalho). Muitas respostas que pelo carácter da pergunta, extensa e complexa, eram de difícil simplificação, obrigaram a dar-se publicidade a parte dos questionários respondidos, como exemplo. Procurou-se a informação temporal (data da fundação das empresas), para uma relação com as fases de investimento de capital e uma informação espacial através da localização precisa (distrito, concelho, bairro, rua). A dificuldade maior foi a classificação das empresas: a grande e a pequena indústria e a delimitação dos ramos industriais (a comissão portuense apresentou dados bastante completos sobre a «indústria caseira» mas revelou-se caso único).

Foram reunidas as muito pequenas empresas em 89 grupos com 2426 unidades. Para o agrupamento por ramos e excluídas desde logo as indústrias extractivas, seguiu-se o esquema do inquérito da Câmara do Comércio (1860/64) para uma possível comparação. Há assim a preocupação da aferição de resultados com o que se fez anteriormente e, pelo modo como se apresentam as conclusões, uma preocupação com o futuro aproveitamento de todo o trabalho, em especial na criação de soluções práticas para os problemas que se levantaram.

«Quem posteriormente for encarregado de fazer a synthese dos valiosos estudos que se acham publicados, approximando números, agrupando indústrias, prescrutando a questão dos salários, e com ella a do bem ou mal estar das classes operárias, fará, conjuntamente com a história das indústrias nacionaes a história do proletariado portuguez, e em ambas achará cabimento e estímulo para o estudo da situação dos menores nas fábricas, completado com o estado do seu desvalimento intellectual» (Inq. Ind. 1881, IV, p. 6).

O inquérito directo sai em quatro volumes, que abarcam depoimentos, visita às fábricas de Lisboa, visita às fábricas do Porto, visita às fábricas de outros distritos. O inquérito indirecto preenche a primeira parte do quinto volume, enquanto a segunda parte se compõe de 21 mapas por ramo industrial e 2 gerais, onde se esquematizam as características de

1350 fábricas e os 89 grupos de oficinas, num total de 3776 estabelecimentos.

DEFEITOS E LIMITAÇÕES

Nas conclusões dos resultados, todos estão de acordo na sua fraca validade absoluta. Inquiridores e inquiridos são responsáveis por faltas graves, só desculpáveis pela insuficiência de meios disponíveis e falta de conhecimento dos novos métodos» empregados. O industrial desconfiado e receoso do fisco, responde vagamente em questões essenciais como a opinião sobre a pauta alfandegária; interpreta as perguntas de modo menos próprio (fala-se em «incapacidade intelectual dos depoentes»); generaliza (capitais não discriminados, salários em conjunto); omite informação (o número de menores trabalhando no sector secundário em 1881 é, segundo os totais encontrados, o mesmo que em 1860, só nos distritos de Funchal e Aveiro); responde em conjunto com outros industriais (quadro I). Daí as múltiplas vantagens de um inquérito directo que não foi levado a cabo em maior escala, pela supressão de agentes recenseadores face aos encargos orçamentais.

QUADRO I

Grupos de indústrias	Capital inicial		Matéria-prima		Mão-de-obra		Produção	
	M	NM	M	NM	M	NM	M	NM
I — Têxteis, Curtumes, Lãs, Seda, Algodão . . .	157	351	213	295	318	190	316	192
II — Papel, Tipografia . .	55	42	42	55	63	34	39	58
III — Carpint., Const. alvenaria e pedra	38	96	12	122	72	62	35	99
IV — Cera, Sabão, Ind. diversas	99	64	46	117	74	89	112	62
V — Vidros, Cerâm., Cortiça	44	48	41	64	57	35	52	40
VI — Alimentares, Tabaco .	126	235	160	201	249	112	177	184
VII — Metalurgia	69	102	47	124	79	92	76	95
<i>Total</i>	518	832	472	878	786	564	713	637

M — Manifestaram NM — Não Manifestaram

(Inq. Ind., v, p. XXVII)

Os critérios díspares nas diferentes comissões e a pouca receptividade ao inquérito indirecto (só 596 questionários são aproveitados, alguns dos quais dizendo respeito a fábricas também inquiridas directamente) estão na base dos maiores erros.

«Nem a Industria Nacional se acha toda representada no Inquérito, nem as industrias inquiridas e estudadas o foram todas com a minuciosidade e rigor indispensáveis» (Inq. Ind., v, p. III) — assim, nenhum estabelecimento de tipografia aparece, nem qualquer das unidades geridas pelo Estado (Imprensa Nacional, Cordoaria, fábricas de pólvora, etc.), quando se «consignou nos respectivos mapas a existência de uma tamancaria em Boticas, com o capital industrial de 13\$500 réis e um só operário, que vence 300 réis diários, quando trabalha» (Inq. Ind., IV, p. XXVIII).

A breve cartografia elaborada com base nos valores de produção, número de estabelecimentos, número de operários e força (cavalos-vapor) para o conjunto dos 17 distritos do país (Setúbal pertencia ao distrito de Lisboa), permitir-nos-á observar alguns contrastes (por vezes de difícil explicação se esquecermos o peso que pode ter uma simples fábrica, nos poucos dados que o inquérito fornece para um distrito) e sobretudo confirmar a subjectividade de toda a informação.

Através do mapa referente ao número de estabelecimentos (fig. 2), o distrito do Porto apresenta um valor que corresponde sensivelmente ao dobro do existente em Lisboa, facto explicável por se ter considerado como indústria toda a actividade de carácter artesanal ou caseira do sector secundário, da capital do Norte.

Para além da preponderância destes dois centros, não se pode falar de um contraste litoral-interior mas de uma quase uniformidade do fenómeno no espaço nacional.

Porto, Lisboa e Vila Real são os únicos distritos que possuem estabelecimentos pertencentes aos sete grupos considerados, resultantes do agrupamento dos 21 ramos iniciais. Neles, as indústrias têxteis e de curtumes apresentam os valores mais significativos, o que aliás é uma constante na grande maioria dos restantes casos.

Guarda e Castelo Branco estão quase exclusivamente associados a um ramo industrial — os têxteis —, como Viana do Castelo apresenta apenas estabelecimentos do grupo III (Carpintaria e Construção), actividades ligadas ao porto aí existente.

Porto e Lisboa apresentam os valores mais notórios de população activa na indústria (fig. 3). Entre os dois distritos a diferença é porém muito elevada, mercê da citada disparidade de critérios, da natureza dos ramos em presença e de um suposto maior grau de mecanização na capital.

São as indústrias de têxteis e curtumes que empregam a grande maioria do pessoal, à excepção dos distritos do Sul, onde a cortiça ocupa esse lugar.

Pela observação do mapa referente aos valores da força (cavalos-vapor) vemos que a posição ocupada pelos dois distritos se inverte (fig. 4), dando uma ideia mais correcta da industrialização no país e da capital como seu centro. No interior, Castelo Branco destaca-se pela natureza da indústria têxtil ali estabelecida, de grande produção mas mais mecanizada.

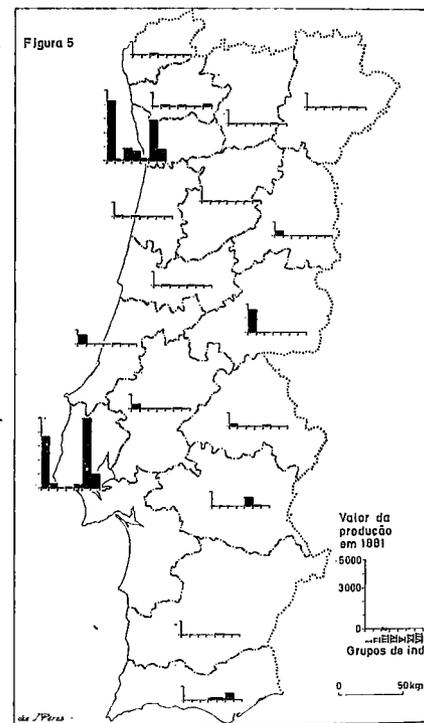
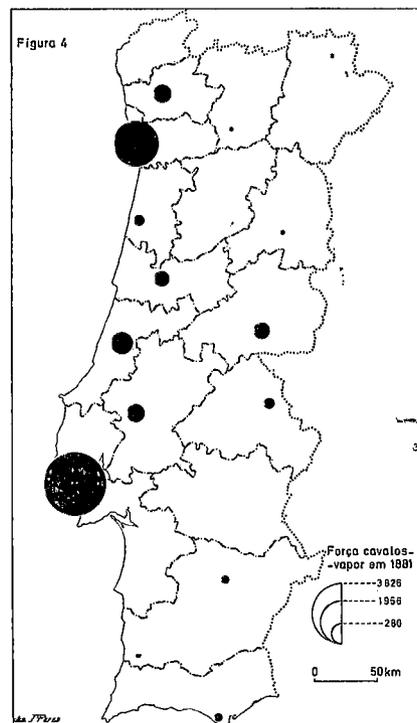
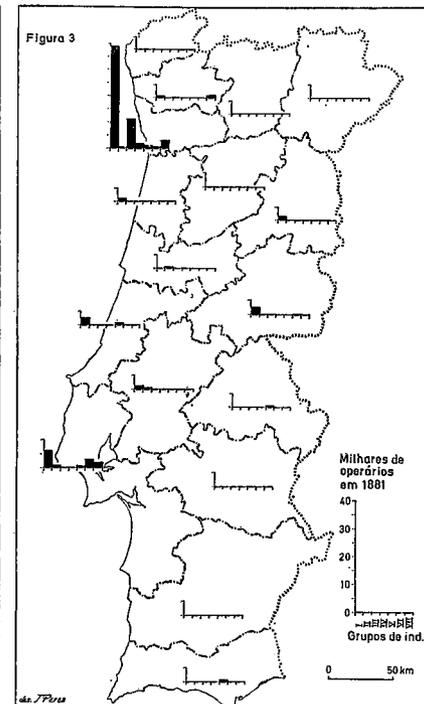
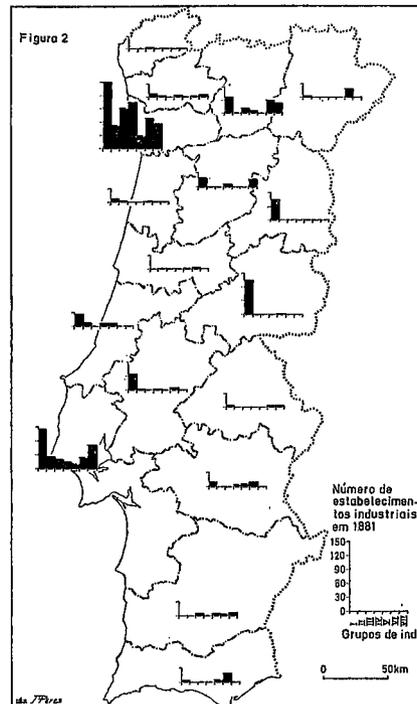


Fig. 2-3-4-5 — Número de estabelecimentos, operários, força-motriz e produção industriais, em 1881, por distritos.

Se nos mapas referentes ao número de estabelecimentos industriais e de pessoal existente, o Porto apresenta uma notável superioridade, na cartografia da produção (fig. 5), ele pouco se distancia de Lisboa, o que vem ao encontro do que afirmámos e comprovámos com os valores da força (c/v). Os maiores volumes de produção referem-se às indústrias de têxteis, curtumes e alimentares-tabaco, nos dois distritos do litoral. Neles se encontram naturalmente os grandes investimentos do sector (valores do capital inicial) e a eles afluem as importantes remessas de matéria-prima importada.

Tem o *Inquérito Industrial de 1881* dado cobertura a muito do que se tem dito sobre a industrialização portuguesa de oitocentos. Sobre os seus números se tecem as ilações mais ou menos ousadas mas nas quais, se uma leitura cuidada se fizer, as ressalvas de contexto e os índices estatísticos de correcção são mais que as afirmações seguras.

Pela cartografia que apresentámos se poderá inferir *grcsso modo*, tanto a validade de juízos sobre a globalidade do fenómeno no país, como qualquer tentativa de análise regional, baseada naquela que não deixa no entanto de ser a primeira tentativa séria da estatística industrial em Portugal.

LUIA VIEIRA DA SILVA
JOÃO CARLOS GARCIA